

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2013/2013

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** TO000032/2013  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 08/03/2013  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR007066/2013  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 46226.016764/2013-04  
**DATA DO PROTOCOLO:** 27/02/2013

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/internet/mediador>.

SINDICATO DOS TRABS NAS INDS DE ALIMENTACAO EST GO TO, CNPJ n. 01.668.094/0001-34, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ANA MARIA DA COSTA E SILVA e por seu Diretor, Sr(a). DEOCLECIANO PEREIRA DUARTE;

E

SINDICATO DAS IND DA ALIMENTACAO EST TOCANTINS, CNPJ n. 25.063.298/0001-00, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). CLAUDIZETE CARNEIRO SANTOS;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:



### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 e a data-base da categoria em 1º de janeiro.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores na Indústria de Alimentação**, com abrangência territorial em **TO**.

## SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO

### PISO SALARIAL

#### CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Para os trabalhadores que exercerem as funções abaixo, fica garantido o piso salarial mensal, com base no valor do salário mínimo, no valor de:

a) R\$711,90 para balconista e auxiliar de padeiro, um salário mínimo mais 5% = R\$ 678,00 + R\$ 33,90;

b) R\$766,14 para chapeiro e pizzaiolo, um salário mínimo mais 13% = R\$678,00 + R\$88,14;

c) R\$745,80 para forneiro, um salário mínimo mais 10% = R\$678,00 + R\$67,80;

d) R\$1.356,00 para padeiro I, confeitiro I e salgadeiro I, com experiência de mais de dois anos em carteira, reciclagem profissional anual comprovada e seis meses de experiência na empresa, dois salários mínimos;

e) para padeiro II, confeitiro II e salgadeiro II, com diploma de 160 h/aula sem experiência e reciclagem profissional anual:

-

- R\$915,30, da data de admissão e até 120 dias após, ou seja, um salário mínimo mais 35% = R\$678,00 + R\$237,30, e

- R\$1.017,00, após 120 dias da admissão, ou seja, um salário mínimo mais 50% = R\$678,00 + R\$339,00;

-

f) R\$915,30, para padeiro II, confeitiro II e salgadeiro II, com diploma de 160 h/aula sem experiência e reciclagem profissional anual, um salário mínimo mais 35% = R\$678,00 + R\$237,30;

g) R\$653,10, para auxiliar de padeiro, um salário mínimo mais 5% = R\$622,00 + R\$31,10.

**Parágrafo primeiro** - O padeiro II, após completar seis meses de trabalho na mesma empresa, poderá pleitear o cargo de padeiro I, caso haja vaga disponível, a partir de quando deverá comprovar sua reciclagem profissional anualmente.

**Parágrafo segundo** - Fica garantido a todos os trabalhadores que exercem a função de motorista entregador, piso salarial mensal no valor de R\$1.070,00 (hum mil e setenta reais), mesmo se houver contrato de experiência.

**Parágrafo terceiro** - A empresa que contratar empregado para trabalhar em regime de tempo parcial, art. 58-A e §§, CLT, pagará por hora trabalhada, no mínimo:

a) R\$3,65 - balconista, auxiliar de padeiro e entregador ( $R\$711,90/220 = R\$3,24 + 13\% = R\$3,65$  hora);

b) R\$4,07 - chapeiro e pizzaiolo ( $R\$766,14/220 = 3,48 + 17,5\% = R\$4,07$  hora);

c) R\$7,30 - padeiro I, confeitiro I e salgadeiro I ( $R\$1.356,00/220 = R\$5,65 + 18,5\% = R\$7,30$  hora);

d) R\$4,90 - padeiro II, confeitoiro II e salgadeiro II, **da data de admissão e até 120 dias** (R\$915,30/220 = R\$4,16 + 18% = R\$4,90 hora);

e) R\$5,46 - padeiro II, confeitoiro II e salgadeiro II, **ap 120 dias da admissão** (R\$1.017,00/220 = R\$4,62 + 18.3% = R\$5,46).

## REAJUSTES/CORREOES SALARIAIS

### CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

Fica concedido pelas Indústrias mencionadas na cláusula anterior a todos os seus empregados, a partir 1 de janeiro 2.013, um reajuste no percentual de 8% (oito por cento) sobre os salários de dezembro de 2.012, zerando assim o INPC de 2012 e repondo parte de perdas salariais.

**Parágrafo nico** - Poderão ser compensados do reajuste salarial estipulado no *caput* desta Cláusula os aumentos salariais espontaneamente concedidos pelas empresas aos seus empregados no período de 01-02-12 a 31-12-12.

## PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

### CLÁUSULA QUINTA - DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO / CONTRA CHEQUES

As Empresas fornecerão aos seus empregados, por ocasião do pagamento dos salários, demonstrativos de pagamento ou contra cheques nos quais constem salários pagos, número de horas extras trabalhadas, descanso semanal remunerado, além de outras parcelas que acresçam ou onerem a remunerao.

## GRATIFICAOES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS

### OUTROS ADICIONAIS

### CLÁUSULA SEXTA - QUINQUNIO

As empresas concederão, sobre os salários reajustados de acordo com a cláusula terceira desta CCT e para pagamento mensal adicional de 5% (cinco por cento) por quinqnnio, para os empregados que contam ou venham a contar com cinco (5) anos na mesma empresa.

**Parágrafo nico** - Para aplicao dos adicionais estabelecidos nesta cláusula sobre os salários dos empregados, será observado o seguinte:

a) 5 (cinco) anos na empresa, 5% (cinco por cento) de adicional;

b) 10 (dez) anos na empresa, 5% + 5% = 10% de adicional, e, assim, sucessivamente.

## **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

### **CLÁUSULA SÉTIMA - LANCHE**

As Empresas concederão aos seus empregados um lanche diário, com cardápio a critério de cada uma.

## **CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES**

### **DESLIGAMENTO/DEMISSÃO**

#### **CLÁUSULA OITAVA - HOMOLOGAÇÕES**

A assistência/homologação, de termo de rescisão de contrato de trabalho/TRCT, com duração superior a um ano, de empregados da categoria, conforme Instrução Normativa nº. 15, de 14-07-2010, são da competência de:

- sindicato Profissional PALMAS, 103 Norte, Rua NO-07 LT. 21,
- Palmas - TO, Rua 25 de Dezembro sala 12 Condomínio Center Shopping, Centro, Araguaina – TO.
- autoridade local do Ministério do Trabalho e Emprego;
- autoridade local do Ministério da Previdência Social;
- representante do Ministério Público;
- defensor Público;
- juiz de Paz, na falta ou impedimento das autoridades acima.

### **AVISO PRÉVIO**

#### **CLÁUSULA NONA - AVISO PRÉVIO ESPECIAL**

As Empresas concederão aviso prévio acrescido de mais 20% (vinte por cento), aumentando dias de folga ou o valor do pagamento, para os empregados que tiverem cinco (5) anos de admissão na mesma Empresa e idade superior a 40 (quarenta) anos, ressalvados os casos em que a aplicação da Lei 12.506/2011 for mais benéfica para o trabalhador.

## **RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES**

### **QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

## **CLÁUSULA DÉCIMA - TREINAMENTO PARA MUDANÇA DE CARGO**

A empresa, em suas próprias instalações e máquinas, poderá disponibilizar treinamentocurso de qualificação, com duração máxima de 120 dias, aos seus empregados para que possam mudar para outro cargo.

§ 1º - O período de treinamentocurso não caracterizará desvio de função, nem dará direito à equiparação salarial, e a empresa poderá manter o empregado que está sendo qualificado sem mudança de cargo e remuneração.

§ 2º - Ao término do treinamentocurso, desde que o empregado seja considerado apto, a empresa o efetivará na função para a qual foi qualificado, com as vantagens decorrentes, ou o manterá na função que vinha exercendo.

## **OUTRAS NORMAS DE PESSOAL**

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - QUADRO DE AVISOS**

Cópia da presente CCT e outras matérias tendentes a manter o empregado atualizado em relação a assuntos sindicais serão, obrigatoriamente, afixados em quadro de avisos situado nas Empresas em local visível e de fácil acesso, desde que previamente assinado pela presidência do STIAG.

## **JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS**

### **COMPENSAÇÃO DE JORNADA**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - COMPENSAÇÃO DE DIAS FOLGADOS**

As Empresas poderão adotar compensação, por outro dia, de folga em dias úteis intercalados com domingos, ou feriados, ou entre fins de semana e carnaval, de sorte a conceder aos empregados um período de descanso mais prolongado.



### **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA**

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - EMPREGADOS ESTUDANTES**

Havendo conflito de horário serão abonadas as faltas dos empregados estudantes, para prestação de exames supletivos e vestibulares em escolas oficiais ou reconhecidas, desde que comunicado à Empresa, por escrito, com 48 (quarenta e oito horas) de antecedência e posterior comprovação em 48 horas.

## **FÉRIAS E LICENÇAS**

## **DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ACRÉSCIMO DE FÉRIAS**

Para os empregados que contarem com as condições da cláusula anterior, as Empresas concederão férias com pagamento acrescido de mais 20% do seu valor, sem prejuízo do adicional de 1/3.

## **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR**

### **PRIMEIROS SOCORROS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ATENDIMENTOS DE PRIMEIROS SOCORROS**

O empregador manterá no estabelecimento o material necessário à prestação de primeiros socorros médicos, de acordo com o risco da atividade.

## **RELAÇÕES SINDICAIS**

### **CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL E CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL**

Por conta de cada uma, as Empresas abrangidas por esta Convenção, associados ou não, recolherão a favor do SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS, até o dia 31-01-2013, através da conta nº. 0784-7, Caixa Econômica Federal, Agência Araguaína, TO, usando Boleto Bancário fornecido pelo Sindicato, o seguinte:

a) 1/30 (um trinta avos) do valor da folha de pagamento de salários do mês de dezembro/2012, a título de CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL, ficando estipulado que a contribuição terá o limite mínimo de R\$100,00 (cem reais), subordinando tal recolhimento às determinações do Precedente Normativo 074, aprovado pela Resolução Administrativa nº. 3792 do TST e será permitido o direito de oposição conforme decisão do STF nº. 056/01, de 22-11-2000, Informativo nº. 210.

b) CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL, artigo 579 da CLT, conforme Constituição Federal, Capítulo 2º dos Direitos Sociais, artigo 8º, inciso IV.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS DESCONTOS**

As empresas ficam obrigadas a procederem, a favor do STIAG, aos descontos da folha de pagamento de seus empregados, que tenham sido aprovados em assembléia geral do Sindicato obreiro, ou autorizados diretamente pelos seus empregados, tais como contribuição sindical e/ou mensalidade social.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - OBRIGAÇÕES LEGAIS**

As empresas encaminharão ao Sindicato Profissional até o dia 10 de cada mês cópia da guia de Recolhimento da Previdência Social - GRPS, devidas ao INSS de acordo com o Decreto nº. 1.197 art. 10, onde ficará arquivada por um ano.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CONTROVÉRSIAS OU DIVERGÊNCIAS**

Quaisquer dúvidas, controvérsias ou divergências suscitadas em torno das cláusulas ora convenionadas serão dirimidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e, caso persistam, pela Justiça do Trabalho competente.

E, por estarem justos e convenionados, firmam as partes a presente Convenção Coletiva de Trabalho, em 04 (quatro) vias de igual teor, para que produza seus jurídicos efeitos, observando o disposto no art. 611 da CLT.



### **APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - PENALIDADE**

Fica estipulada penalidade a ser aplicada ao infrator desta Convenção, exceto em relação à contribuição patronal da cláusula 16, no valor correspondente a 30% (trinta por cento) do salário de cada empregado a que se referir a infração, a ser recolhida através do Sindicato correspondente e em favor da parte prejudicada, no prazo de 10 (dez) dias após a notificação.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CONDIÇÃO MAIS FAVORÁVEL**

Qualquer condição mais favorável ao trabalhador, que entrar em vigor na vigência desta CCT, será imediatamente adotada pelas Empresas.

**ANA MARIA DA COSTA E SILVA**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DOS TRABS NAS INDS DE ALIMENTACAO EST GO TO**

**DEOCLECIANO PEREIRA DUARTE**  
**DIRETOR**  
**SINDICATO DOS TRABS NAS INDS DE ALIMENTACAO EST GO TO**

**CLAUDIZETE CARNEIRO SANTOS  
PRESIDENTE  
SINDICATO DAS IND DA ALIMENTACAO EST TOCANTINS**